



INTERVENÇÃO NO BES

# Tranquilidade passa para o Novo Banco e deve ser vendida já este mês

**Alienação** A execução do penhor sobre a companhia deve passar em breve este activo para o banco de transição. A Apollo é o candidato finalista para comprar a seguradora.

**Maria Ana Barroso**  
maria.barroso@economico.pt

A Tranquilidade deverá em breve deixar de ser um activo da Espírito Santo Financial Group (ESFG), via Partran, para passar a integrar o Novo Banco, o banco de transição recentemente criado para solucionar os problemas no Banco Espírito Santo (BES).

Este será o passo que faltava para que possa ser fechada a venda da companhia à Apollo, candidato finalista no processo de venda que está há meses a decorrer. A Tranquilidade, recorde-se, foi dada como parte do colateral entregue pela ESFG por conta da garantia de 700 milhões de euros concedida para assegurar o pagamento do papel comercial aos clientes do retalho do BES.

Tal como o Diário Económico avançou em Julho, a Apollo estava - a par da britânica Permira - na recta final para a compra da Tranquilidade, tendo o primeiro passado a único finalista. O grupo norte-americano tinha já tentado comprar a seguradora Fidelidade, que pertencia então ao grupo CGD, tendo então perdido a privatização para os chineses da Fosun.

A venda da Tranquilidade, que chegou ser referida apenas como hipótese e que era apelidada por Ricardo Salgado como "jóia da coroa" tornou-se, aparentemente, nos últimos tempos não só útil como necessária (ver caixa).

O pedido de protecção de credores apresentado pela casa-mãe atrasou a conclusão do processo, introduzindo um compasso de espera. Esta mesma acção acabou por ser aceite,

há cerca de uma semana, pelos tribunais do Luxemburgo, país onde reside a sede da 'holding' do universo Espírito Santo.

Ao que sabe o Diário Económico, e por força da legislação comunitária em vigor, o penhor em favor do antigo BES da Tranquilidade, concedido pela ESFG em Abril, é válido independentemente de estar a correr um processo de gestão controlada por parte desta. À semelhança do que acontece, por exemplo, com as hipotecas de imóveis, estas garantias não concorrem para a hierarquia de credores, sendo portanto válidas à cabeça.



O ISP, liderado por José Alმაça, aprovou em meados de Julho um plano de financiamento da Tranquilidade que contempla "a alienação da empresa de seguros".

O Diário Económico tentou obter um comentário por parte do Novo Banco mas não foi possível obter uma resposta até ao fecho da edição. Curiosamente, o esclarecimento prestado na segunda-feira pelo Banco de Portugal quanto aos activos e passivos que passavam para o Novo Banco e quanto aos que ficavam no velho BES era já elucidativo. Foi então dito que os direitos dos créditos "sobre entidades incluídas no perímetro de supervisão consolidada do BES e dos créditos sobre as seguradoras supervisionadas pelo Instituto de Seguros de Portugal" passavam para o Novo Banco. "A saber", especificava o comunicado: "Companhia de Seguros Tranquilidade", "Tranquilidade-Vida, Esumédica, Europ Assistance e Seguros Logo".

A ambição dos envolvidos no processo é agora que a operação fique fechada até ao final deste mês. Resta saber quanto irá a Apollo pagar pela Tranquilidade. O contexto vivido no GES não ajuda a valorizar o activo, factor a que se junta os problemas já existentes na companhia. A venda será também a forma de resolver as fragilidades financeiras da Tranquilidade.

A Tranquilidade é detida em 51% pela ESFG, via Partran, e em 49% pela ES Irmãos. De acordo com os últimos números públicos, está registada nas contas da Partran pelo valor contabilístico de 515,4 milhões de euros. Quem assumir o controlo da companhia, adquire também a T Vida, a Logo, parte da Europ Assistance, a Advance Care e as operações da Tranquilidade em Angola e Moçambique. ■

## SOLVÊNCIA

### ISP actua face a problemas na Tranquilidade

Um "plano de financiamento tendo por referência a alienação", "a sujeição de todas as operações à aprovação prévia do Instituto de Seguros de Portugal" e "regras específicas de reporte". Estas medidas, noticiadas ontem pelo jornal i, foram aprovadas a 18 de Julho pela entidade liderada por José Alმაça e são uma consequência da situação financeira em que a Tranquilidade se encontra. "Insuficiência de provisões técnicas" e de "garantias financeiras" são alguns dos problemas.

O processo de venda da Tranquilidade já estava em curso e está praticamente concluído.



## Espírito

**Empresa mudou sistemas de pagamento, para que dinheiro passe a ir para outros bancos que não o BES.**

**Catarina Duarte e Sara Piteira Mota**  
catarina.duarte@economico.pt

As clínicas e hospitais da Espírito Santo Saúde procederam ontem à troca de todos os terminais e sistemas de pagamento, enquanto esperam por uma clarificação sobre a situação da empresa no âmbito do caso BES, apurou o Económico.

Durante o dia de ontem, os pagamentos através de multi-banco estiveram indisponíveis,



Paulo Figueiredo

ANÁLISE

## A insolvência do Banco Espírito Santo



**JOAQUIM SHEARMAN DE MACEDO**  
Advogado, sócio da CMS RPA

O recém utilizado mecanismo de resolução não é mais do que um instituto falimentar recente, destinado a tornar a insolvência das instituições de crédito menos traumática em termos de efeitos sistémicos na economia. Não é sequer um instrumento de recuperação, mas uma medida de liquidação. Com efeito, a “resolução”, introduzida no Regime Geral das Instituições de Créditos e Sociedades Financeiras em 2012, passa sempre pela alienação ou transferência, parcial ou total, da actividade da instituição.

Trata-se de um mecanismo em tudo semelhante ao saneamento por transmissão previsto no Código da Insolvência e de Recuperação de Empresas, através do qual se destaca o estabelecimento comercial do insolvente e se procede à sua alienação a uma ou mais sociedades a constituir, revertendo o produto dessa exploração ou venda em benefício dos credores.

Claro está que o financiamento proporcionado pelo fundo de resolução assume um privilégio face aos credores da instituição, em termos idênticos aos privilégios concedidos aos devedores em recuperação ou às dívidas da massa falida. Após o reembolso dos 4,9 milhões emprestados pelo fundo, o eventual remanescente do produto da alienação do banco será devolvido à instituição de crédito ou originária ou à sua massa insolvente, caso esta tenha entrado em liquidação. Ora, a revogação da autorização bancária do antigo BES pelo Banco de Portugal produziu os efeitos da declaração de insolvência, como a lei prevê expressamente.

Assim, não há dúvidas. O BES faliu no domingo. ■

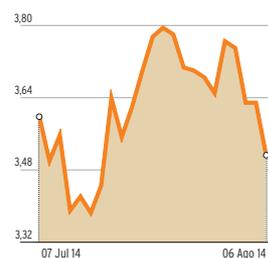
# Santo Saúde aguarda clarificação

devendo ser feitos através de dinheiro ou cheque. A ideia é que todo o dinheiro que entre nos cofres destas unidades de saúde passe a ir directamente para outros bancos e não para contas do BES. Os clientes com consultas marcadas receberam mensagens no seu telemóvel, indicando que os pagamentos multibanco estariam indisponíveis durante o dia de ontem. O Económico contactou a Espírito Santo Saúde, que não quis fazer qualquer comentário.

Todas as seguradoras do grupo Espírito Santo vão passar para o Novo Banco, mas a Espírito Santo Saúde ainda aguarda uma clarificação sobre se pas-

### ES SAUDE CORRIGE

Acções fraquejam nas última sessões (valor em euros).



Fonte: Bloomberg

sará para o Novo Banco ou para o BES (banco mau). A empresa é cotada em bolsa - supervisionada pela CMVM -, apresenta lucros e tem existência sólida independentemente dos problemas do seu maior accionista.

O objectivo da administração será, até que a sua situação no grupo seja clarificada - se o grupo vai para o Novo Banco ou para o “banco mau” -, manter a independência da empresa e que ela continue a funcionar normalmente. Todos os serviços estão a funcionar como até aqui, o que continuará a acontecer, já que não há qualquer mudança a nível operacional para os clientes, excepto a forma de pagamento.

A Espírito Santo Saúde é dona, entre outros activos, do Hospital da Luz, e gere o Hospital de Loures em regime de Parceria Público-Privada. A empresa foi colocada em bolsa em Fevereiro deste ano. Essa operação permitiu ao GES encaixar cerca de 125 milhões de euros com a dispersão de 49% do capital. As acções foram para bolsa a um preço de 3,20 euros. Ontem valiam 3,511 euros, mais 9,7% que o preço de colocação. Apesar de valorizar desde a entrada em bolsa, os títulos têm sido afectados nas últimas sessões. Desde o início da semana desvalorizam mais de 6%. ■ **R.B.**



ID: 55178198

07-08-2014

A ministra das Finanças pode "dirigir orientações, emitir directivas sobre os objectivos a atingir na gestão e sobre as prioridades a adoptar na respectiva prossecução ou solicitar informações" aos órgãos dirigentes dos institutos públicos (definição que se aplica ao Fundo de Resolução), segundo o artigo 42º da Lei Quadro dos Institutos Públicos (Lei 3/2004).



Paulo Alexandre Coelho

trair empréstimos junto do Estado ou da banca. Como não dispunha de meios suficientes para resgatar o BES, recebeu do Estado um empréstimo de 4,4 mil milhões de euros, proveniente da linha de recapitalização da 'troika'. No total, o Fundo de Resolução injectou 4,9 mil milhões no Novo Banco.

No passado fim-de-semana, em que foi decidida a intervenção no BES, o Governo aprovou duas alterações ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, com vista a agilizar o processo de venda do Novo Banco. Em dois decretos publicados a 1 e 4 de Agosto, o Executivo transpôs parcialmente para a ordem jurídica interna a directiva europeia sobre a resolução bancária e reforçou os poderes do Banco de Portugal no que toca à venda do Novo Banco, que depende agora de autorização do supervisor.

"Quando considerar que se encontram reunidas as condições necessárias para alienar, parcial ou totalmente, as acções representativas do respectivo capital social (...), o Banco de Portugal pode, assegurando a transparência do processo, promover a sua alienação através dos meios que forem considerados os mais adequados tendo em conta as condições de mercado existentes na altura", refere a nova versão do artigo 145º-I do Regime Geral.

#### Governo emite "orientações" aos institutos públicos

No entanto, o Governo terá sempre uma palavra a dizer, dado que tutela o Fundo de Resolução e o encaixe obtido com a venda servirá para reembolsar o montante emprestado pelo Estado, numa operação que terá impacto no défice público.

No artigo 2º da Lei Quadro dos Institutos Públicos, é referido que os institutos públicos "integram a administração indirecta do Estado". E o artigo 7º refere que "cada instituto está adstrito a um departamento ministerial, abreviadamente designado como ministério da tutela, em cuja lei orgânica deve ser mencionado". Segundo o artigo 42º, o ministro da tutela pode "dirigir orientações, emitir directivas sobre os objectivos a atingir na gestão e sobre as prioridades a adoptar na respectiva prossecução ou solicitar informações aos seus órgãos dirigentes".

Não foi possível obter esclarecimentos junto de fonte oficial do Ministério das Finanças, até ao fecho da edição. ■

# Maria Luísa Albuquerque tem a tutela do fundo que resgatou o BES

**Resolução** Novo Banco só será vendido com 'OK' do supervisor, mas a ministra das Finanças Maria Luísa Albuquerque também tem palavra a dizer.

Filipe Alves

filipe.alves@economico.pt

O Governo tem procurado demarcar-se do resgate do BES, atribuindo a responsabilidade ao Banco de Portugal (BdP) e sugerindo que se limitou a financiar o Fundo de Resolução, mas esta entidade é equiparada a um instituto público, fazendo parte da administração indirecta do Estado. Apesar da partilha de poderes com o Banco de Portugal, é o Governo que controla e dá "orientações" à gestão do Fundo de Resolução, que é dono de 100% do capital do Novo Banco.

Embora a gestão do Novo Banco seja nomeada e reporte ao BdP, o Fundo de Resolução é tutelado pelas Finanças, pelo que a venda do banco a privados deverá necessitar de 'luz verde' conjunta do governador Carlos Costa e da ministra Maria Luísa Albu-

querque. No limite, segundo a legislação em vigor, a venda do Novo Banco dentro de determinado prazo e/ou condições poderia ser decidida pela própria ministra das Finanças, na forma de uma orientação imposta à gestão do fundo, embora necessitando do 'OK' de Carlos Costa, cujos poderes foram reforçados num decreto publicado no dia 4 de Agosto. Tal como o Económico avançou ontem, o Governo e o BdP pretendem que a venda do Novo Banco tenha lugar de forma faseada, prevendo-se a entrada de um investidor de referência, com uma participação relevante, nos próximos meses.

As contas do Fundo de Resolução são aprovadas pelo Ministério das Finanças, com um parecer do comité de auditoria do Banco de Portugal. Já a comissão directiva do Fundo é nomeada pelo supervisor e pelo Ministério das Finan-

ças, de comum acordo: o BdP nomeia o presidente, a ministra um vogal e o terceiro vogal é nomeado por ambos. O presidente tem, porém, voto de qualidade.

"Em sentido jurídico técnico, o Fundo de Resolução não é Estado, embora se situe na esfera de entidades jurídicas de direito público, pois pertence à administração pública indirecta. A sua natureza é semelhante à de uma fundação de direito público. Recebe directivas do Banco de Portugal, mas está sob a tutela do Ministério das Finanças, que define por portaria as regras do respectivo funcionamento", disse ao Económico o advogado Gonçalo Martins, da SRS Advogados.

O Fundo de Resolução é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira. Tem sede em Lisboa e funciona junto do Banco de Portugal, com o

qual colabora, sendo abrangido pela Lei-Quadro dos Institutos Públicos (Lei nº3/2014).

O fundo é financiado pela contribuição especial suportada pelos 80 bancos e sociedades financeiras que operam em Portugal, podendo também con-

“

**A natureza do fundo é semelhante à de uma fundação de direito público. Recebe directivas do Banco de Portugal, mas está sob a tutela do Ministério das Finanças.**

Gonçalo Martins  
Advogado da SRS Advogados



Paula Nunes



O governador do Banco de Portugal é ouvido a pedido do PSD e tem audição marcada para as 18h, na Comissão de Orçamento.

## Bruxelas garante apoio e ausência de penalizações a Portugal

**Eurostat ainda não decidiu se operação vai ao défice. Comissão garante apoio.**

**Luís Reis Pires e Margarida Peixoto**  
luis.pires@economico.pt

Ainda não é certo que a capitalização do Novo Banco vá ao défice, a decisão final só deverá ser anunciada pelo Eurostat mais tarde e até pode vir a ser conhecida só em Abril do próximo ano. Mas a Comissão Europeia garante apoio total a Portugal e sublinha que não haverá lugar a quaisquer penalizações ao país, caso o défice venha a ser afectado.

“O impacto no défice terá de ser analisado pelo Eurostat, que irá publicar a sua notificação das contas nacionais do Estado-membro, relativa a 2014, em Abril próximo”, afirmou ao Diário Económico Simon O’Connor, porta-voz de Bruxelas para os Assuntos Económicos e Financeiros. “Caso houvesse algum impacto no défice, seria claramente uma medida ‘one-off’ e, por isso, Portugal não seria penalizado à luz das regras orçamentais europeias e não lhe seria exigido que adoptasse quaisquer medidas correctivas”, acrescentou.

A ministra das Finanças admitiu na segunda-feira à noite, em entrevista à SIC, que a operação pode ter impacto no défice. Mas Maria Luís Albuquerque ainda não explicou o que poderá levar o Eurostat a exigir que se assumisse esse efeito.

O Diário Económico falou com vários especialistas em contas públicas, nacionais e europeias, e todos convergiram que o empréstimo do Estado ao Fundo de Resolução não poderia ser considerado uma operação com impacto no défice. O segredo pode, então, estar no facto de o Fundo ser considerado uma entidade dentro do perímetro das Administrações Públicas. E, assim, o empréstimo do Estado, de facto, não conta para o défice, o que tem impac-

to nas contas públicas é a despesa que o Fundo faz - porque é uma entidade dentro do perímetro - com a capitalização do Novo Banco, um gasto que será considerado como “despesa de capital”. Mas, nesse caso, o impacto negativo no défice - que, de facto, como disse a ministra, será apenas um efeito estatístico - será de 4,9 mil milhões de euros, que é o valor da capitalização, e não os 4,4 mil milhões do empréstimo.

Será preciso esperar pela decisão do Eurostat para confirmar o efeito nas contas públicas. Mas, independentemente do valor, Portugal conta com o “apoio total” da Comissão Europeia na solução. Mais: Bruxelas considera o plano de resolução do BES “uma maneira inovadora e credível de salvaguardar os contribuintes portugueses e europeus, que está em linha com os princípios europeus [ao abrigo da união bancária]”. ■

“

**Caso houvesse algum impacto no défice, seria claramente uma medida ‘one-off’ e, por isso, Portugal não seria penalizado à luz das regras europeias.**

Simon O’Connor  
Porta-voz da Comissão Europeia

## Governo e Carlos Costa têm de esclarecer solução para o banco

**Audições** A oposição insistirá nas garantias para os contribuintes, enquanto o PSD quer explicações de Carlos Costa sobre o que mudou.

**Márcia Galvão**  
marcia.galrao@economico.pt

O Parlamento reúne hoje de urgência para ouvir a ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque, a pedido do PS, e o Governador do Banco de Portugal, Carlos Costa, a pedido do PSD. Que dúvidas querem os deputados esclarecer?

### 1 PORQUÊ ESTA SOLUÇÃO?

A divisão do BES em dois bancos - o bom e o mau - é uma “solução inovadora” em toda a Europa e os partidos querem que o Banco de Portugal explique qual a razão para a sua escolha. “É preciso assegurar que é aquela que salvaguarda o interesse de todos os depositantes, colaboradores e contribuintes”, diz Duarte Pacheco, do PSD.

### 2 QUE CRITÉRIO ESTEVE NA ORIGEM DA SEPARAÇÃO?

O Bloco de Esquerda quer saber que critérios foram utilizados para definir o que fica no Novo Banco e o que vai para o ‘bad bank’.

### 3 QUE GARANTIAS PARA OS CONTRIBUINTES?

A oposição quer saber em que cenário haverá risco de perda de dinheiro público e ter a certeza, por parte da ministra, de que o dinheiro dos contribuintes não está em risco, porque há “um valor exorbitante de dinheiro público utilizado”, lembra Pedro Filipe Soares, do BE.

### 4 PORQUÊ ESTA TAXA DE JURO?

A ministra das Finanças diz que a taxa de juro que vai ser cobrada no empréstimo ao Novo Banco é de 2,95%. A oposição quer saber o porquê deste valor, e se tal incorpora um ‘spread’ de risco.

### 5 QUAL A VALIDADE JURÍDICA?

Pedro Filipe Soares quer esclarecer “a validade jurídica de todo este processo”, lembrando que há várias questões que “podem ser utilizadas para atacar o Estado” e é preciso “garantir que não será um calvário jurídico com encargos para os próximos contribuintes”.

### 6 O QUE MUDOU DESDE A AUDIÇÃO DE CARLOS COSTA HÁ DUAS SEMANAS?

O PSD quer saber “o que aconteceu desde a audição do Banco de Portugal” há duas semanas, que leve a “afirmações tão categóricas sobre a solvabilidade do banco e separação entre GES e BES tenha afinal desmoronado perante aquilo que aconteceu ao banco no domingo”. Duarte Pacheco defende que esse esclarecimento é essencial “para a estabilidade das instituições e para mantermos a confiança nos nossos reguladores”.

### 7 QUANDO FOI INFORMADO PELA KPMG DAS IMPARIDADES ADICIONAIS NO BES?

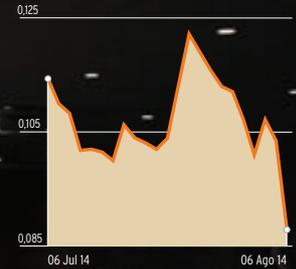
O BdP garantiu a 25 de Julho, em comunicado, que o BES estava sólido, dispondo de um ‘buffer’ de capital suficiente para acomodar eventuais perdas. Mas, tal como o Económico noticiou, apenas três dias antes fora avisado pela KPMG de novos problemas que levariam aos prejuízos históricos de 3,5 mil milhões. O que sabia Carlos Costa? E quando soube? ■



Paula Nunes

**BCP EM QUEDA**

Evolução das acções do BCP no último mês (valores em euros).



As acções do BCP foram ontem as maiores vítimas da fuga de investidores do mercado de capitais portugueses.

# Caso BES leva BCP a sofrer a segunda maior queda de sempre em bolsa

**Mercado** BCP perde 1,5 mil milhões de euros de valor de mercado desde conclusão do aumento de capital.

**Rui Barroso**  
rui.barroso@economico.pt

É uma espécie de vingança dos mercados. Se no BES os accionistas viram as suas aplicações reduzidas a nada, pouco mais de um mês depois de terem colocado mil milhões de euros no banco, ontem os investidores saíram em força da bolsa portuguesa. E o BCP, sem qualquer problema de solvabilidade, sofreu os maiores danos colaterais, com as acções a tombarem 15,07% para 8,79 cêntimos.

Foi a segunda maior queda diária das acções do banco e os investidores que tiveram de comprar direitos de subscrição para participar no aumento de capital de 2,25 mil milhões de euros realizado em Julho já estão a perder dinheiro. Ao preço médio a que os direitos negociaram, seria necessário 10,5 cêntimos para comprar uma das novas acções do BCP. Ontem os títulos valiam menos

16%. Já quem fosse accionista e não tivesse de comprar direitos para subscrever novas acções ainda tem uma mais-valia potencial de 35% com essas acções, que foram vendidas a 6,5 cêntimos.

Alguns dos investidores que apostaram recentemente no BCP eram também accionistas do BES. Um dos exemplos é a BlackRock, a maior gestora de activos do mundo, que detinha mais de 4% do BES e reforçou recentemente para 2,14% do BCP. Desde que as novas acções do BCP começaram a ser negociadas, a 28 de Julho, o banco liderado por Nuno Amado já cedeu 1,5 mil milhões de euros em capitalização bolsista. O valor corresponde a mais de metade do reforço do capital social e o banco já vale menos de cinco mil milhões de euros.

É um sinal dos receios que saíram da caixa de Pandora da solução para o BES. Por um lado, a decisão das autoridades

portuguesas em torno do banco liderado por Vítor Bento levou os accionistas dessa instituição a perder quase tudo. E há ainda a falta de esclarecimentos das autoridades ao que acontece aos accionistas do BES, o que também está a cair muito mal junto dos investidores. Muitos deles estão pura e simplesmente a sair do mercado português.

Por outro lado, como os bancos são responsáveis pelo financiamento do Fundo de Resolução, caso a venda do Novo Banco fique abaixo do valor de 4,9 mil milhões de euros, o sector financeiro enfrenta o risco de assumir essas perdas. Além do tombo do BCP, o BPI e o Banif cederam ontem 8,83% e 5,88%.

“Os investidores perguntam: ‘Andámos a contribuir para aumentos de capital para agora o nosso banco andar a financiar outros?’”, referiu o gestor da XTB Portugal, José Rocha. A crise do BES surge

depois dos valores que os bancos foram buscar ao mercado este ano para se recapitalizar terem batido recordes, com os investidores privados a colo-

carem quase 3,4 mil milhões de euros nestas operações.

E numa sessão em que os investidores fugiram principalmente de activos portugueses, os bancos de outros países periféricos também não escaparam às quedas. Houve bancos gregos a perder mais de 10% e a maior parte da banca italiana cedeu mais de 5%, quedas amplificadas por dados económicos negativos e pela tensão na Ucrânia.

No entanto, a convicção do mercado é que com a solução encontrada para o BES, torna-se mais arriscado ser accionista de bancos nas vésperas dos testes de ‘stress’ do BCE, que poderão identificar novos buracos na banca europeia. “O caso do BES é um aviso das histórias desagradáveis que podem emergir. Com a conclusão da avaliação à qualidade dos activos do BCE a aproximar-se, é aconselhável uma postura cautelosa em relação aos periféricos”, referiram os analistas do Mizuho. ■

**BES****‘Short sellers’ com potencial de ganhos**

As acções do BES poderão ter dado milhões a ganhar a ‘hedge funds’ como o Marshall Wace, a TT International e a Altair Investment Management. A queda a pique dos títulos, que chegaram aos 12 cêntimos na sessão de sexta-feira, a última em que negociaram, daria lucros de 27 milhões de euros à Marshall Wace, por exemplo. No entanto, não é claro se essas posições foram fechadas.

# Zeinal Bava apresenta prejuízos da Oi sem se alongar sobre o GES

**Telecomunicações** Oi teve prejuízos de 72 milhões de euros no segundo trimestre, o primeiro de resultados consolidados com a PT Portugal.

Cátia Simões

catia.simoese@economics.pt

Zeinal Bava não fugiu ao tema Rioforte mas também não se alargou. O presidente-executivo da Oi – que pela primeira vez apresentou resultados já com o contributo da PT Portugal, no âmbito da fusão – pediu aos analistas presentes na conferência telefónica que as questões fossem sobre resultados, dedicando ao ‘default’ de 900 milhões de euros em papel comercial um breve comentário.

“Não pretendemos aprofundar a questão Rioforte neste fórum. O que me cabe dizer é que a administração da Oi agiu rapidamente para adoptar as medidas possíveis e cautelares necessárias para proteger os interesses dos accionistas”, frisou. “É o acordo a que foi possível chegar no processo de negociação e do nosso ponto de vista é o cenário que pode trazer os melhores resultados para a companhia”.

O presidente-executivo da Oi focou-se nas prioridades para os próximos trimestres: controlo de custos, venda de activos e transformação do negócio no Brasil, ganho de quota de mercado em Portugal e concretizar as sinergias. “Temos 22 iniciativas em curso nas sinergias operacionais. Es-

## PT PORTUGAL

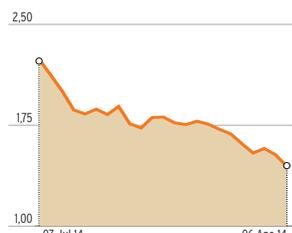
A PT e a Oi estão em processo de fusão. A PT Portugal, que inclui os activos, foi integrada na Oi.

### Resultados

	2T13	2T14	Var.
Receitas	553	609	(3,4%)
R. residencial	176	175	(0,7%)
R. móvel	163	155	(4,9%)
EBITDA	448	257	74,5%

Fonte: Oi. Milhões de euros com efeito cambial.

### Variação em bolsa da PT SGPS



Fonte: Bloomberg

timamos que possam gerar uma poupança anual acima dos 300 milhões de reais (cerca de 100 milhões de euros) a partir de 2015. Mas acho que podemos fazer muito mais”, afirmou, depois da Oi registar prejuízos de 72 milhões de euros devido à ausência de mais-valias. O objectivo, que Bava já fez saber ser conservador, prevê sinergias de 5,5 mil milhões de reais (1,8 mil milhões de euros) com a fusão.

E enquanto no Brasil a estratégia passa pela transformação do modelo de negócio e pela convergência em Portugal o foco “é orientado para ganhar mais quota de mercado mas com uma forte contenção de custos e investimentos”. Até porque, lembrou Bava, os investimentos em Portugal “estão praticamente concluídos” e o acordo com a Vodafone permite aumentar o número de casas com fibra de 1,7 para 2,1 milhões.

As receitas em Portugal caíram 3,4% para 606 milhões de euros devido a efeitos cambiais e à pressão competitiva, em linha com o mercado nacional. Já na Oi as receitas globais chegaram aos 5,9 mil milhões de euros, um crescimento de 1,1% mas no Brasil registou-se uma quebra de 2,1%. ■

## PIRES DE LIMA ARRASA GESTÃO DA PT



O mau momento do mercado de capitais “espelha, do meu ponto de vista, a grande desilusão com a situação do BES e também aquilo que é a desfaçatez verificada na PT”, disse ontem o ministro da Economia, António Pires de Lima. O ministro defendeu ainda que “os receios dos investidores estão lá, por isso é que os mercados caíram, porque houve, de facto, acontecimentos relevantes em Portugal, ao nível do BES como ao nível do comportamento da administração da PT que são inexplicáveis para qualquer investidor, nomeadamente investidores estrangeiros que investiram em Portugal”.

## DESTAQUES DOS RESULTADOS DA OI JÁ COM O CONTRIBUTO DA PT PORTUGAL

- m4o com 2,2 milhões de serviços**

A oferta de ‘quadruple play’ da PT em Portugal, o m4o, chegou ao final do trimestre com 2,2 milhões de unidades geradoras de receitas, para 1,002 milhões de clientes. O Meo fechou o trimestre com 1,362 milhões de clientes, mais 7,3% que no ano anterior. Já o móvel chegou a 7,222 milhões de clientes, com uma melhoria na quota de mercado de 45% para 48%.
- Investimento depende do mercado**

A redução de capex é comum a Portugal e ao Brasil. Mas Bava afirmou aos analistas que o investimento “vai ser cada vez mais dependente da procura do mercado. Não estamos a diferenciar países ou regiões”. Em Portugal este começará a abrandar. No Brasil também abrandou, para 840 milhões de euros no semestre. A nível global da Oi houve uma redução de 18% para mil milhões de reais.
- Operações em África crescem**

A Oi não especifica quais os resultados das operações africanas da PT, que incluem a angolana Unitel. Estas estão incluídas na rubrica “outros”, onde dão o maior contributo. No primeiro semestre as receitas cresceram 8%, de 145 milhões de euros para 157 milhões de euros, beneficiando do efeito cambial. A Oi também não forneceu qualquer informação sobre os dividendos da Unitel que estão em atraso.



# Tranquilidade passa para o Novo Banco e vai ser vendida até ao fim do mês

Seguradora Tranquilidade passa a integrar o Novo Banco. Este será o último passo para venda da companhia à Apollo, finalista no processo de alienação que está a decorrer há meses. Ambição dos envolvidos neste dossier é que a operação esteja fechada até ao final do mês. → P26

**Caso BES provoca queda de 15% nas acções do BCP, 8,8% no BPI e 5,9% no Banif**